

GÊNERO: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS



GENDER: THEORETICAL PROBLEMATIZATION

Vol. II Número 22 Jul./Dez. 2016

Ahead of Print

Larissa Chaves Crestani¹

Andréa Cristina Martelli²

RESUMO: Este artigo intui problematizar conceitos sobre a “Ideologia de Gênero”, os quais estão presentes em vídeos publicados pelo Youtube. Para tanto, é apresentada a sexualidade em uma perspectiva histórica, social e política, considerando noções de gênero e as modificações ocorridas na instituição familiar, conforme a evolução da sociedade, além de expor a necessidade da educação sexual dentro das instituições de ensino, a fim de problematizar conceitos errôneos a respeito do assunto; ainda, há a intenção de abordar temas que discutam a superação de preconceitos em torno das orientações sexuais. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica corroborando com a necessidade de desconstrução de concepções pré-concebidas a respeito de gênero e diversidade sexual. Por meio da pesquisa, verificamos a dicotomia entre sexo e gênero, homossexualidade e pedofilia, além de constatar que a educação sexual não interfere na orientação sexual de um indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia de gênero; Sexualidade; Instituições de ensino; Orientações sexuais; Diversidade sexual.

ABSTRACT: This article aims to problematize concepts about the “Gender Ideology”, which are present in videos posted at YouTube. To this end, sexuality is presented in a historical, social and political perspective, considering notions of gender and changes occurred in the familiar institution, in accordance with the society evolution, besides exposing the need for sexual education in educational institutions, in order to problematize misconceptions about this subject; also, there is the intention to address topics that discuss overcoming prejudices around sexual orientation. The methodology adopted was the bibliographic research, corroborating the need for deconstruct preconceived conceptions about gender and sexual diversity. Through the research, we verify the dichotomy between sex and gender, homosexuality and pedophilia, besides finding that the sexual education does not interfere in sexual orientation of an individual.

KEYWORDS: Gender Ideology; Sexuality; Educational Institutions; Sexual Orientation; Sexual Diversity.

¹Os vídeos estão transcritos conforme fonte original.

²Diagnóstico e Manual estatísticos de transtornos mentais.

Introdução:

O tema sexualidade, ao ser tratado na esfera social, é bastante polêmico, por ser um aspecto intrínseco a cada ser humano, o que dificulta sua abordagem em sentido amplo, já que cada um carrega mitos e preconceitos, os quais são veiculados das mais diferentes formas. Esse quadro é agravado quando se trata das questões relativas a gênero, pois ainda persiste, em grande parte do imaginário social, a confusão entre sexo e gênero, restringindo o segundo a mera biologia, o que acirra a divisão entre o feminino e o masculino.

Por isso, discutir as concepções sobre “ideologia de gênero” faz-se fundamental, haja vista que boa parte do imaginário social funde-se em ideários preconceituosos, muitas vezes, disseminados por representantes do povo, os quais se utilizam de sua posição para defender concepções machistas, ocasionando a discriminação dos, nominados por eles, “diferentes”.

Nesse sentido, a escolha da temática aconteceu a partir da discussão em torno da aprovação dos planos Municipais e Estaduais de Educação, nos quais se previa o termo “gênero”, que foi socialmente refutado por membros da sociedade, como, deputados/as e pastores/as.

Nessa perspectiva, assistimos vídeos disponíveis no site Youtube, os transcrevemos literalmente e, problematizamos entre excertos apresentados e a produção teórica existente, autores como: Ariès, (1981), Junqueira (2009), Furlani (2015), Silva (2015), Boarini (2003), Kishimoto, Onol, (2008), e vários outros, problematizam as falas apresentadas nos vídeos, a respeito da “ideologia de gênero”, desconstruindo conceitos equivocados do tema, os quais, por serem repassados como verdades e defendidos em meio à sociedade, intensificam o preconceito e a discriminação, diante das orientações sexuais e da identidade de gênero.

Metodologia:

Em meados de 2015, os Municípios e os Estados, por determinação do Ministério de Educação e Cultura – MEC, reformularam seus planos de educação, a fim de definir as diretrizes e as metas a serem alcançadas no próximo decênio. As discussões mais polêmicas concentraram-se na inclusão da chamada “Ideologia de Gênero” nos planos e, consequentemente, nas escolas.

Esse contexto nos instigou a assistir alguns vídeos que fomentavam as discussões na internet, possibilitando o conhecimento dos argumentos utilizados nos vídeos sobre a chamada “ideologia de gênero”.

Diante disso, sentimos a necessidade de problematizar, por meio do conhecimento científico, alguns conceitos apresentados nos seguintes vídeos:

- Pr. Silas Malafaia define o que é ideologia de gênero. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y_HgQVCiOnQ. Publicado em 28 de junho de 2015, acesso em 08 de julho de 2015.

-A covardia do MEC na ideologia de gênero; disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ED38BZXcV9c>. Publicado em 23 de junho de 2015, acesso 08 de julho de 2015.

Nas transmissões citadas anteriormente, o pastor Silas Malafaia e o deputado federal Jair Bolsonaro, ambos representantes do povo, os quais exercem grande influência na formação da consciência dos mesmos, apresentam falas sobre ideologia de gênero, utilizando argumentos necessários de problematizações teóricas.

Assim, a partir dos conteúdos apresentados nos vídeos assistidos adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, para que, com base nos estudos do campo da

educação e da sexualidade, as falas fossem problematizadas.

Além disso, a revisão bibliográfica justifica-se pela importância de se verificar a produção teórica já existente, buscando enriquecer informações apresentadas na pesquisa. Nesse sentido, Pizzani (2012) ressalta que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental na elaboração de estudos, artigos, teses e dissertações, porém, precisa ser realizada minuciosamente para que se encontre soluções aos problemas apresentados.

Já Guerreiro (2002), enfatiza que a pesquisa bibliográfica é um dos caminhos que leva à apropriação do conhecimento, porém, faz-se necessário mais do que apenas coletar informações já existentes, pois o pesquisador deve realizar reflexões sobre as mesmas, aproveitando esse momento para ampliar operações cognitivas superiores, assim, após a análise, pode ser capaz de suscitar novas aprendizagens.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica é um processo em que o pesquisador está em constante busca, já que o conhecimento, embora tenha grande volume de informações, encontra-se inacabado, em permanente processo de enriquecimento, considerando que todo objeto de estudo deve estar relacionado à realidade, a fim de contribuir com a vivência social. (Miotto, 2007 apud Minayo, 1994, p. 23).

2- PROBLEMATIZANDO A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” A PARTIR DE VÍDEOS

2.1- Transcrição do primeiro vídeo

Minha gente eu to indignado com o que eu vou falar aqui agora, pra você ter uma ideia. Primeiro você tem que ter uma ideia do que é ideologia de gênero. A ideologia de gênero é o seguinte: ninguém é homem ou mulher, ninguém é menino ou menina, sabe vem ao mundo como um nada, sabe...Vem como um nada, depois então é que a pessoa vai escolher se quer ser menino se quer ser menina, se quer ser masculino e feminino. Esqueceram de um dado científico que a criança quando nasce tem uma pré disposição para herdar características psicológicas do sexo que veio, essa é uma maneira e a história é grande vem lá de Max, é uma maneira de detonar com a autoridade da família e destroçar, pra eles essa é uma autoridade prejudicial que o Estado tem que controlar, os esquerdopatas então alimentam isso e tomaram para si junto do movimento gay e do ativismo gay. Então olha só a ideologia de gênero ela foi derrotada na câmara dos deputados e o senado e o ministério da educação no plano nacional de educação mando para tudo que é município e coloco dentro a ideologia de gênero, algo que já foi derrotado na câmara dos deputados e do senado, isso é uma afronta, como é que um governo através do ministro da educação manda para os municípios manda dentro do plano de educação a ideologia de gênero. Agora entenda a matreirice e a malignidade, o município ele é responsável pelo ensino do maternal ok, até o 5º ano do ensino fundamental, isso é responsabilidade do município, significa que criança de 0 a 10 anos vai receber cartilhas, aqui é que ta o jogo, vão receber cartilha que pode ser homem com homem, mulher com mulher, que ninguém nasce homem ou mulher, que ninguém nasce masculino ou feminino. É um ensino maligno, maldoso pra destruir os valores da sociedade e aquilo que a civilização tem mantido até agora, porque a história da civilização, não to falando de teologia não, to falando de civilização, é o homem, a mulher e a sua prole. Então minha gente o município num plano de 10 anos recebem isso e engolem, ainda dá tempo vai até o dia 24. É uma vergonha nós vamos bombardear isso no congresso nacional, é uma afronta as famílias, os pais ficam a lebangue, os pais não tem interferência; vão ensinar teus filhos ai na escola, alerta ai na escola pais, alerta ai na prefeitura. Os pais ficam a mercê de cartilha de ideólogos tá, esquerdo patas que querem detona essa família que é o sustentáculo da civilização pra introduzir novos conceitos de família e fazer com que a criança aprenda homossexualismo! Isso é uma afronta do governo Dilma, porque o congresso nacional rejeitou, e o ministro, o mistério nacional da educação mandou para os municípios, onde é que nós vamos

parar com isso? Isso é uma afronta a sociedade, sem ter nenhuma discussão ampla, sem discutir nada, na calada da noite, na surdina, põe na goela da sociedade abaixo depois reclamam: o pastor Malafaia fala contra homossexualismo, o que que ele tem com isso? Cada um é o que é. Eles querem incutir na sociedade, já existem escolas que não comemoram o dia dos pais e das mães, agora é o dia do cuidador, já existem documentos que agora não vem o nome do pai e da mãe é do genitor 1 e do genitor 2. A maioria da sociedade sendo submetida a minoria isso é um descalabro uma afronta a democracia, é uma afronta ao congresso nacional.

Vamos dizer não a ideologia de gênero, é uma covardia e fique atento pai, mãe, prefeito, câmara de vereadores porque é uma afronta e o congresso tem que tomar uma providência, eu não posso entender e aceitar uma coisa dessas, deixo aqui minha palavra, que Deus tenha misericórdia do Brasil, das autoridades e das famílias, Deus abençoe a todos. (PR. Silas Malafaia define o que é ideologia de gênero. https://www.youtube.com/watch?v=y_HgQVCiOnQ)

Nesse vídeo, o pastor Silas Malafaia afirma que: “A ideologia de gênero é que ninguém é homem ou mulher, ninguém é menino ou menina, sabe vem ao mundo como um nada, sabe”. Ele utiliza argumentos contra a discussão de gênero nas escolas, sem fundamentos teóricos, haja vista que sexo e gênero são distintos.

Sexo trata-se de um dado biológico da pessoa, que nasce com um aparelho reprodutor feminino ou masculino e tem seu sexo definido pelo mesmo. Já gênero trata-se de um conceito formulado em 1970, fortemente influenciado pelo pensamento feminista, caracterizando-se como uma construção cultural. (LUZ, 2009).

Nesse sentido,

Os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres. (BRASIL, 2009 p. 1).

Verifica-se que gênero trata-se de uma construção social, vinculada a homens e mulheres, o que resultou no binarismo, em que se reconhecem dois gêneros: feminino e masculino. A sociedade atribui condutas e comportamentos diferenciados para cada um dos gêneros, como por exemplo: devido ao fato de a mulher ser reprodutora, é intitulada como frágil, sensível e seu papel único é o de ter filhos saudáveis e cuidar do seu lar, ao passo que o homem é reconhecido por sua bravura e tem a função de sustentar sua família (BRASIL, 2009).

Para Furlani (2015), a questão de gênero marca as diferenças, adequando os corpos a uma hegemonia sexual pré-estabelecida, que resulta no enquadramento da pessoa ao sistema binário ou na exclusão de pessoas consideradas “diferentes”.

Com base em Silva et. al. (2015), é preciso considerar todos os gêneros existentes, respeitando suas peculiaridades, dentre os quais se fazem presentes os chamados cisgêneros, em que o sexo e o gênero da pessoa convergem entre si, ou seja, faz parte do padrão normativo. Há também os transgêneros, nomenclatura que designa as pessoas que nascem com determinado aparelho reprodutor, mas não se reconhecem como tal, identificando-se com o aparelho oposto. Além desses, ainda se faz necessário caracterizar os denominados andrógenos, os quais, em determinado momento, identificam-se com as pessoas do mesmo sexo e, em outros, com o sexo oposto; por vezes, podem até não se identificar com nenhum dos dois.

Nesse sentido, não existe um ou dois gêneros a serem reconhecidos, mas alguns, frutos das individualidades das pessoas, as quais precisam ser respeitadas, permitindo que possam viver ativas em sociedade. (SILVA ET. AL., 2015).

No mesmo vídeo, o deputado ainda afirma que: “Os pais ficam à mercê de cartilha de ideólogos tá, esquerdopatas que querem detona essa família que é o sustentáculo da civilização pra introduzir novos conceitos de família e fazer com que a criança aprenda homossexualismo”.

Nos primórdios da civilização, a instituição familiar não existia; ela foi instituída na sociedade, pois não havia intimidades e relações afetuosas entre as pessoas, as quais viviam individualmente e, não, em grupos divididos. (ARIÈS, 1981).

Segundo Boarini (2003), o homem e a mulher é o único animal que necessita de certos cuidados ao nascer, ou seja, a sua sobrevivência depende de outras pessoas, nesse sentido, foram estabelecidos grupos por consanguinidade, características semelhantes, denominados família. Porém, a família não permaneceu com uma única forma de organização na história; segundo Engels (1984), essa instituição passou por várias transformações, sendo modificada conforme a sociedade foi se organizando em cada período histórico.

A família tem imensurável importância na constituição da sociedade brasileira, sendo uma das instituições sociais mais sólidas, mas não estática, haja vista que encontra-se em constante transformação, a fim de contemplar a composição e as necessidades da sociedade.

Assim, essa importante instituição tem passado por inúmeras transformações no decorrer da história, principalmente, devido à acumulação do capital e à revolução industrial, as quais proporcionaram a origem da divisão social do trabalho, modificando o modo de vida, já que a mulher passou a trabalhar fora de casa e ganhar o seu salário e, posteriormente, conquistou direitos que lhe tiraram de uma suposta “submissão” ao homem. Além disso, frutos das mudanças começam a aumentar o número de desempregados, o que afeta também o público masculino, dando origem a outro papel para o homem: cuidador da casa e dos filhos. (OLIVEIRA, 2009).

O padrão de família ideal é definido por Lévi-Strauss (1956) da seguinte forma:

- (1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, (LÉVI-STRAUSS, 1956, p.34 apud OLIVEIRA 2009 p. 26).

Esse arranjo familiar, outrora, foi o único reconhecido, embora, atualmente, exista e seja o predominante, deixou de ser o único modelo de constituição familiar (OLIVEIRA, 2009).

Morais et. al. (2013) também corroboram que, com o desenvolvimento da sociedade, a instituição familiar foi se reconfigurando, originando diferentes tipos de família, sendo que as mesmas mostram diversidade em formação, número de membros e em sua organização.

Com base nos estudos de Furlani (2015), podemos verificar tais mudanças, já que a mesma apresenta que, além da família heterossexual, a qual é constituída por homem, mulher e filhos, existem novos arranjos, inclusive nas heterossexuais. Ocorre que as famílias brasileiras, na atualidade, não são necessariamente “dirigidas” por um chefe masculino e, sim, por uma mulher; há casos em que é composta apenas pelo pai e seu filho, ou pela mãe e os filhos; outros em que ocorre a junção de famílias, nas quais os filhos de outros casamentos são agregados ao atual; famílias com filhos/as adotivos/as ou ainda as que moram com parentes de diferentes graus (avós, avôs, tio, tia, irmão, irmã).

Além disso, a autora identifica outro modelo familiar que se apresenta na atualidade, a homossexual, compostas por mulheres ou homens homossexuais, que têm filhos adotivos e biológicos ou não.

Morais *et. al.* (2011) também observam mudanças nos arranjos familiares, identificado algumas das possíveis causas para o fato, dentre as quais, destacam-se: o aumento de casamentos tardios, da maternidade após os 30 anos, a redução no número de filhos/as, o aumento da união estável e das famílias monoparentais e recompostas (divórcios), das pessoas que optam por viver sozinhas, do acolhimento de agregados e da união de homossexuais.

Do mesmo modo, Hintz (2001) argumenta que a família pós-moderna modificou-se, passando necessariamente a englobar diferentes padrões familiares, entre os quais se destacam: as monoparentais, nas quais o pai ou a mãe, após o divórcio, assume a responsabilidade do/a filho/a; a família reconstituída, composta por filhos/as originais e de casamentos anteriores; famílias originadas por união consensual, na qual o casal opta por formalizar a união por esse modo, ao invés do tradicional matrimônio; família constituída por adolescentes; nesse padrão, o casal apresenta pouca idade; famílias unipessoais, na qual a pessoa escolhe viver sozinha; famílias constituídas por homossexuais, em que pessoas do mesmo sexo estabelecem união estável.

Assim, fica explícito que não há um padrão de estrutura familiar, mas várias estruturas decorrentes da pluralidade social, de maneira que se fazem presentes no cotidiano das escolas e precisam ser trabalhadas com os/as discentes, com o intuito de que possam compreender e respeitar as mudanças.

Nesse sentido, ao se discutir as questões de gênero na escola, não se objetiva destruir a instituição familiar, mas, sim, trabalhar para o reconhecimento das diferentes organizações familiares que refletem a pluralidade social e que precisam deixar de ser estereotipadas. (FURLANI, 2015).

Além disso, falar sobre homossexualidade implica compreender que, ao contrário do exposto por Silas Malafaia, não é um comportamento que se aprende ou que se adquire no decorrer da vida, nem mesmo pode ser definido como uma opção sexual, haja vista que a pessoa não escolhe ser homossexual; trata-se, portanto, da orientação sexual do indivíduo.

Henriques *et. al.* (2007) definem a orientação sexual como a direção ou inclinação do desejo afetivo ou erótico, que pode ser direcionado à pessoa do sexo oposto (heterossexuais), pessoas do mesmo sexo (homossexuais), ou por pessoas de ambos os sexos (bissexualidade). A orientação sexual reconhece diversificados conjuntos de manifestações, sentimentos e práticas sociais sexuais e afetivas, desmistificando concepções heteronormativas.

Conforme Santos (2012), a orientação sexual é composta por três dimensões, sendo elas: o desejo, o comportamento e a identidade. O desejo trata-se das vontades que o indivíduo traz em seu interior, aquilo que realmente deseja. Já o comportamento, diz respeito às ações que esse indivíduo tem, o modo como age perante a sociedade, enquanto que a identidade remete-se ao modo como o ser percebe-se sexualmente e à maneira como explicita isso ou não na sociedade. A homossexualidade é definida como: "A atração sexual, emocional e afetiva de pessoas de um sexo por pessoas do mesmo sexo". (SANTOS, 2012, p. 7).

Junqueira (2009) também corrobora que a homossexualidade não é uma opção sexual do indivíduo, mas uma pulsão sexual, que se assenta no desejo, assim como ocorre com toda orientação sexual. Dessa forma, o autor enfatiza que: "As diversas orientações/expressões sexuais são construídas da mesma estrutura da pulsão e dos mesmos designios insondáveis do desejo". (JUNQUEIRA, 2009, p. 115).

Para Bortolini (2008), a homossexualidade está além da simples vontade ou escolha do indivíduo, além de afirmar que:

Talvez o melhor seja pensarmos que as orientações sexuais, todas elas, têm origens e determinantes que ainda não conhecemos muito bem, mas que, mais importante do

que isso, é podermos viver a nossa sexualidade, seja qual for, de uma forma livre, respeitosa, tranquila e saudável. (BORTOLINI, 2008 p. 13).

Durante algum tempo, a homossexualidade foi vista e classificada como uma doença, sendo que, apenas a partir de 1985, o Conselho Federal de Medicina deixou de considerá-la como um desvio sexual. Em meados de 1999, passou a ser considerada uma orientação sexual normal pelo conselho Federal de Psicologia (SANTOS, 2012).

Porém, muito se tem especulado sobre as causas da homossexualidade, no entanto, é possível compreendê-la como uma preferência individual, a qual determina a orientação sexual da pessoa, (SANTOS, 2012) e, portanto, não cabe discutir a sua origem, uma vez que a consideramos uma forma de viver a sexualidade, como as demais.

Nessa perspectiva, falar sobre homossexualidade ou trabalhar os diferentes gêneros em sala de aula não contribuirá para que as crianças aprendam a ser homossexuais, conforme o exposto, já que o indivíduo não aprende e não escolhe ser homossexual; o desejo por pessoas do mesmo sexo é manifestado em suas vivências, do mesmo modo como ocorre com os heterossexuais.

O deputado ainda enfatiza que: “a Ideologia de Gênero é uma covardia”. Porém, ao se trabalhar gênero nas escolas, pretende-se justamente desequilibrar concepções hegemônicas, que reproduzem e ampliam desigualdades sociais e a opressão. Conforme Junqueira (2009), por vezes, são desenvolvidas ações pedagógicas na escola que, inconscientemente, reforçam um sistema sexista e heterossexista de dominação. Ou, ainda, ocorre a ausência de preocupações com as diversidades nos currículos, no trabalho efetivo com esses temas, já que os mesmos, por vezes, são esquecidos ou mal trabalhados (FURLANI, 2005).

Romper com os padrões pré-estabelecidos sobre sexualidade e gênero é um desafio e, ao se discutir gênero nas escolas, pretende-se justamente valorizar a igualdade entre os gêneros, além de propiciar uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual (HENRIQUES, 2007).

Portanto, faz-se fundamental a problematização sobre gênero nas escolas, para que se possa desestabilizar e subverter a discriminação, a dominação sexual e a homofobia, pois o preconceito e a discriminação, em muitos casos, são dificuldades oriundas da incompreensão sobre o assunto. (JUNQUEIRA, 2009).

2.2. Transcrição do segundo vídeo.

Seu presidente eu quero uma linha um pouco mais agressiva do que a do meu companheiro Vitor que falou sobre ideologia de gênero agora pouco. Eu começo com a palavras canalha, é a proposta do PT para as crianças nas escolas no ensino fundamental. O PT quer transformar criancinhas de 5, 6 anos de idade em homossexuais, e escancarar as portas para a pedofilia. Deixo bem claro, nós aqui na câmara em comissão especial rejeitamos a ideologia de gênero, a mesma coisa o senado fez e agora o órgão vinculado ao MEC ao plano nacional de educação passa a orientar as quase 6.000 prefeituras do Brasil a incluir no plano decenal de educação a ideologia de gênero, ou seja, ensinando o filho do pobre que é aquele que vai pra escola pública, aquele que recebe a bolsa família que apesar de ter um apêndice ele não é homem e nem menina, ele é uma coisa qualquer. E mais orienta que o garoto experimente, ou seja, dê um abraço em uma menina e de no menino também e que a menina faça a mesma coisa, de um abraço no menino e na menina também. Isso é política de canalha, porque é a palavra que eu posso falar aqui. Dilma Rousseff tu tem neto, bota essa porcaria pro teu neto, não fica botando pro filho do povo aqui, respeite a criança, respeite a família brasileira. Isso é atitude de canalha, tem a cara do PT essa determinação do MEC, porque está publicado em diário oficial da união. A responsabilidade é da Dilma Rousseff, uma mulher que não governa nada, uma mulher que não tem caráter, não tem moral. As crianças é o que existe de mais sagrado no meio de uma família, o homem, uma mulher se transforma quando tem um filho. Um

homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando com boneca por ter sido orientado nas escolas. Escola onde Dilma Rousseff e o PT querem através da canalhice transformar em um bordel homem afetivo. A criança não sabe o que é sexo ainda e esses canalhas perderam na câmara via MEC, que tem um ministro que também parece que não apita nada, e amanhã vão comemorar um ano da lei que chama-se plano nacional da educação, eu se tiver mais colegas, que eu não quero ir lá para ser massacrado, quero ir lá no MEC questionar sobre esta questão. O executivo é o dono do diário oficial da união, tem que tomar providências, igual senhor presidente a questão de um menino de 12, 14 anos se sentir menina ou dar uma de menina e entrar no banheiro das meninas através da resolução de um conselho ligado ao lixo chamado secretaria

nacional de direitos humanos que só defende vagabundo e canalhas, que tem a mesma política que o PT tá adotando agora junto as crianças de ensino fundamental. Deixem de ser canalhas, deixem as crianças em paz. (A COVARDIA DO MEC NA IDEOLOGIA DE GÊNERO. <https://www.youtube.com/watch?v=ED38BZXcV9c>)

Nesse vídeo, o deputado federal, Jair Bolsonaro, utiliza a seguinte fala: “O PT quer transformar crianças de 5, 6 anos de idade em homossexuais, e escancarar as portas para a pedofilia”.

Primeiramente, cabe lembrar que, conforme já reiterado, não há como transformar uma pessoa em homossexual, já que a homossexualidade é uma orientação sexual, na qual o indivíduo sente desejo afetivo e sexual por pessoas do mesmo sexo.

Além do que, ao se trabalhar o assunto na escola, pretende-se desmistificar dúvidas do tema, visando diminuir as formas de discriminação e preconceito em relação à orientação sexual.

No tocante à pedofilia, não há como favorecer ou incentivar a ocorrência desse comportamento, uma vez que, conforme Silva e Pinto (2013), a pedofilia trata-se de um distúrbio sexual compulsivo e obsessivo, apresentado por adultos que sentem atração sexual por crianças, sendo que pode ser exclusiva ou não por essa faixa etária.

Conforme Longo (2006), a pedofilia é uma psicopatologia, uma perversão sexual, a qual pode ser sintoma de um indivíduo inseguro e impotente, que se imagina como criança e projeta suas fantasias nas crianças do mundo real. Depreende-se, assim, que o pedófilo é a pessoa adulta que tem como objeto de desejo sexual o público infante-juvenil. (LANDINI, 2003).

Outro fator importante a se considerar sobre o transtorno é que o mesmo apresenta-se, principalmente, na adolescência e seu curso em geral é crônico, além de que o comportamento pedófilo oscila conforme o estresse psicossocial. (DSM IV).

Salientamos que a homossexualidade e a pedofilia são distintas e independentes, já que a primeira diz respeito a uma orientação sexual, enquanto a segunda trata-se de uma doença, de cunho psicológico.

Além disso, assim como existem pedófilos homossexuais, também são recorrentes os casos em que os agressores são heterossexuais. Sanderson (2005) salienta que os abusadores sexuais de crianças podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais e, na maioria das vezes, o abusador é heterossexual.

Outro ponto a ser salientado, conforme Longo (2006), é que o abuso sexual pode acontecer em todas as culturas, classes, sociais, etnias e religiões, sendo assim, não estando limitado a ocorrer em um determinado lugar ou em determinado grupo de pessoas.

O deputado ainda argumenta que a “Ideologia de gênero”, ao ser inserida e trabalhada no cotidiano escolar, pretende execrar da cabeça do indivíduo os dados sexuais herdados biologicamente, nas palavras do próprio: “Ensinando o filho do pobre que é aquele que vai pra escola pública, aquele que recebe a bolsa família que apesar de ter um apêndice ele não é homem e nem menina”.

Tal fala, assim como acima utilizada pelo religioso Pastor Silas Malafaia, é

equivocada, já que, em momento algum, pretendeu-se, ao se inserir a temática “gênero” nas escolas, suprimir as características herdadas sexualmente, ou seja, o sexo, o qual é definido com base no órgão sexual e é reconhecido sim; apenas pretende-se desmistificar a binariedade sexual, já que a pessoa pode ou não identificar-se com o gênero construído socialmente para o seu sexo e precisa ter a liberdade de manifestar sua orientação sexual (LUZ, 2009) e identidade de gênero.

O deputado ainda enfatiza que: “Um homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando com boneca por ter sido orientado nas escolas. Escola onde Dilma Rousseff e o PT querem através da canalhice transformar em um bordel homem afetivo.”

Esse argumento utilizado pelo deputado é carregado de preconceitos e foi socialmente construído. A separação entre brinquedos e brincadeiras por gênero é mais um recurso utilizado para criar estereótipos, sendo que pais e mães são naturalmente estimulados a preferir determinado brinquedo, com determinada cor para seu/sua filho/a, antes mesmo do nascimento. (KISHIMOTO; ONOL, 2008).

A separação entre os brinquedos de meninas e de meninos está intrinsecamente relacionada à construção de papéis masculinos e femininos, sendo que a menina, desde cedo, é estimulada a brincar de boneca, casinha e de cozinheira, normalizando condutas que são esperadas de uma futura mulher. Já o menino, recebe carros, bola, armas, para que se acostume a gostar de carros e desempenhar papéis de comando. (KISHIMOTO; ONOL, 2008).

Advém dessas concepções normativas o preconceito com os brinquedos, o que se estende a roupas, calçados e cores, os quais, conforme seu grau de “feminilidade” ou “masculinidade”, serão destinados às meninas ou aos meninos. (CALDAS, 2004).

Assim, percebe-se que não só o brinquedo, mas a maioria de objetos, acessórios, entre outros, já vêm caracterizados socialmente em congruência com o gênero a que devem pertencer, no sentido de que, ao incentivar a delicadeza, o cuidado pessoal, o desejo de ser mãe, deverá ser utilizado pelo público feminino; enquanto se transmitir ou estiver associado à ideia de poder ou de comando, serão destinados à clientela masculina.

Essa separação é inculcada nas crianças, ou seja, a “preferência” por carros ou bonecas não é natural, é construída social e culturalmente. Desse modo, a pessoa acaba internalizando um comportamento extremamente sexista, que advém do imaginário adulto, reforçado por pais e mães, demais membros familiares e, por vezes, até mesmo por docentes. (FINCO, 2004).

Ao oferecer nas escolas, sejam de educação infantil, fundamental ou médio, o contato com os mais variados brinquedos e brincadeiras, pretende-se ultrapassar a barreira pré-estabelecida de gênero, superando o sexismo. Além disso, ao se oferecer determinado brinquedo, tanto para menino como para meninas, oportuniza-se o contato e a experimentação dos mais diferentes papéis, possibilitando, futuramente, a superação de concepções machistas que separam o que é obrigação e direito de mulher e de homem. (FINCO, 2004).

Outro fator a se considerar é que é falso o ideário de que ao utilizar determinado brinquedo a criança terá sua sexualidade afetada; nas palavras de Finco: “É importante que se compreenda que o fato de um menino brincar com uma boneca e de uma menina brincar com carrinho não significam que eles terão, no futuro, uma orientação homossexual”. (FINCO, 2004 p. 14).

Sendo importante lembrar que a homossexualidade é uma orientação sexual que não é influenciada pela utilização de brinquedos ou por qualquer outra atitude. Sendo assim, quando um adulto condenar o manuseio de determinado brinquedo por uma menina ou menino, está apenas adequando-se a uma ordem social, a qual considera o sexo como uma linha divisória.

Verifica-se a necessidade de se trabalhar a sexualidade, principalmente as questões referentes a gênero nas escolas, já que essa instituição não é um campo neutro, mas com vasta importância para desconstrução da dicotomia feminino/masculino, que perpassa não só a utilização de brinquedos.

Ao disponibilizar brinquedos para as crianças, é preciso que haja abertura para que cada um, independentemente de características biológicas, possa escolher qual objeto irá mediar suas brincadeiras, sejam bonecas para meninos ou carrinhos para meninas, com intuito de que cada um opte por aquilo que lhe dá prazer.

Nesse sentido, Finco (2004, p. 13) corrobora que

Ao brincar, fazem escolhas de acordo com aquilo que lhes dê prazer e com curiosidade. Não existem fronteiras para os espaços ocupados na brincadeira. As fronteiras do que é permitido e do que não é permitido, para cada sexo não são consideradas nos momentos das brincadeiras.

Sendo assim, os brinquedos não podem mais servir como um recurso para exclusão dentro e nem fora do espaço escolar, mas, devem ser uma ferramenta para propiciar o jogo de papéis entre as crianças, de modo que, independentemente do que se considera socialmente apropriado para o sexo feminino e masculino, todos exerçam diferentes funções. É fundamental que seja desconstruído o modo sexista como se apresenta o mundo dos pequenos, questionando conceitos pré-concebidos, reconstruindo verdades, de modo que a binariedade e a exclusão sejam combatidas. (FINCO, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada para elaboração do presente trabalho foi possível problematizar mitos apresentados em vídeos sobre a sexualidade, especificamente sobre “Ideologia de gênero”, verificando que o preconceito e a discriminação, normalmente, são fruto de concepções defendidas substancialmente por pessoas que não têm embasamento teórico para sustentar suas possíveis verdades, mas, que conseguem atingir um grande público, retransmitindo inverdades sobre o tema.

Depreende-se, assim, que ao se tratar de sexualidade e de gênero é preciso abandonar as concepções arraigadas socialmente e compreender cientificamente as dimensões sociais, histórias e políticas que envolvem o assunto.

Compreendemos também que não existe uma forma padrão para se viver a sexualidade, mas inúmeras formas, bem como não há exclusivamente uma orientação sexual, mas várias, as quais devem ser respeitadas, já que, conforme apontado nas pesquisas, não é transmitida, ensinada e tão pouco é a causa de transtornos psicológicos.

Urge a necessidade de rompimento com as concepções heteronormativas, as quais reconhecem apenas dois gêneros, pois a sociedade é composta por diferentes gêneros que precisam ser reconhecidos e respeitados, para que toda pessoa possa viver ativamente em seu meio.

Conclui-se que a única atitude atrelada a gênero que pode ser extremamente prejudicial para as pessoas e, principalmente, para os/as alunos/as que compõem os bancos escolares é o preconceito, o qual continua perpetuando-se por meio de falas equivocadas de representantes do povo, que utilizam sua posição dentro da esfera social para repassar opiniões pessoais como verdades absolutas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro, 1986.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ: Rio de Janeiro, 2008.

BOARINI, Maria Lucia. **Refletindo sobre a nova e velha família**. Scielo, Maringá, vol.8 Maringá, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722003000300001&script=sci_arttext. Acesso 01/09/2015.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso: 08/09/15.

CALDAS, Carmem Rosa, et. al. **Discurso Crítico e gênero no mundo infantil**: Brinquedos e a representação de atores sociais. LemD. Tubarão, v. 4, n. esp, p. 11-33, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/viewFile/289/303. Acesso: 10/11/15.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1984.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões**. Anped, Unicamp n. 07, 2004. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/gt07.htm>. Acesso: 10/10/15.

FURLANI, Jimena. **“Ideologia de gênero”?** Explicando confusões teórica presentes na cartilha. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e família, 09pp, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/jimena.furlani>, acesso em 08/07/2015.

GUERREIRO, Adriana R. Martins. **A importância da pesquisa bibliográfica na construção de conhecimento**. Centro de divulgação cultural, 2012. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/bibli/home/GUERREIRO2002Importancia.pdf>, acesso: 17/08/15.

HENRIQUES, Ricardo, et. al. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Secad/MEC, 2007.

HINTZ, Helena Centeno. **Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade**. Pensando famílias, n.3, p. 8-19, 2001. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos_novas_fam%C3%ADlias_-_complementar_8_abril.pdf acesso: 08/10/15.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações**

sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; Andréia Tiemi Onol. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Pró-posições**. Campinas, vol.19 n.3, set/dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000300011>, Acesso: 10/06/15

LONGO, Márcia. **Abuso sexual na infância como lidar com isso?**. 1ªEd, 2006.

LUZ, Stancki Nanci, et. al. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. et al. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis v. 10, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext. Acesso 17/08/15.

MORAIS, Claudia; Pereira, Silva. **Família, gênero e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza**. Magistro, Ponta Grossa, 8, n.2, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/2242/1011>. Acesso 05/10/15.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar :família, pais e desafios**. Scielo books. São Paulo, p. 66-107, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf>. Acesso: 10/09/2015.

PIZZANI, Luciana. et. al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**, Campinas, v 10, n.1, p. 53-63, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522>, acesso 10/08/15.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M.books do Brasil Editora LTDA, 2005.

SANTOS, Vanessa dos. **Homossexualidade no ambiente escolar**. Uel, Londrina, vol. 1, nº2, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/pages/arquivos/2%20Edicao/VANESSA%20SANTOS%20-%20ORIENT.%20CESAR.pdf>. Acesso: 10/09/15.

SILVA, Jonathan Chasko; et al. **Sexo, gênero e sexualidade: princípios para uma discussão inicial**.in: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; MARTELLI, Andréa Cristina; OLIVEIRA, Valdeci Batista de Melo. A inscrição do Genêro, Raça/Etnia em práticas discursivas e formação docente. Toledo: Fasul, 2015.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração**. Scielo, Campinas, p.225-252, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30392>. Acesso 08/08/15.

Enviado em: 23/01/2016

Aceito em: 22/08/2016